REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

FORMAÇÃO POLICIAL-MILITAR EM PERSPECTIVA: PERCEPÇÕES DE OFICIAIS DA PMPR SOBRE O CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS (CFO)

POLICE–MILITARY TRAINING IN PERSPECTIVE: PARANÁ STATE MILITARY POLICE (PMPR) OFFICERS' PERCEPTIONS OF THE OFFICER TRAINING COURSE (CFO)

FORMACIÓN POLICIAL-MILITAR EN PERSPECTIVA: PERCEPCIONES DE OFICIALES DE LA PMPR SOBRE EL CURSO DE FORMACIÓN DE OFICIALES (CFO)

Sérgio William Valenga[1]. Adriano Cristiano Lazarotto[2]

e6106859
https://doi.org/10.47820/recima21.v6i10.6859

PUBLICADO: 10/2025

RESUMO

O presente trabalho tem por escopo analisar as percepções de oficiais da Polícia Militar do Estado do Paraná acerca do processo de formação pelo qual passaram durante o Curso de Formação de Oficiais. A problemática que norteou a pesquisa foi: como os oficiais da PMPR avaliam a formação que receberam? Para tanto, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com oficiais egressos do Curso de Formação de Oficiais, buscando compreender de que maneira a experiência vivenciada influenciou sua trajetória profissional. A pesquisa teve como propósito identificar elementos positivos e fragilidades apontadas pelos egressos, de modo a subsidiar reflexões sobre a adequação da formação policial militar às demandas contemporâneas da segurança pública. Foram analisadas categorias como a estrutura curricular, a metodologia pedagógica, a relação teoria–prática, a preparação para o exercício da liderança e os impactos do processo formativo na atuação cotidiana. A investigação permitiu constatar tanto aspectos valorizados pelos oficiais como a disciplina, a hierarquia e a consolidação de valores éticos quanto críticas relativas à atualização de conteúdos, à carga horária e à necessidade de maior integração entre prática operacional e ensino acadêmico. Os resultados obtidos podem contribuir para discussões institucionais voltadas à melhoria contínua dos processos formativos na PMPR, ampliando a qualidade da formação e sua compatibilidade com as exigências da realidade policial atual.

PALAVRAS-CHAVE: Formação policial militar. Oficiais da PMPR. Segurança pública.

ABSTRACT

This study aims to analyze the perceptions of officers of the Military Police of the State of Paraná regarding the training process they underwent during the Officer Training Course. The central research question was: how do PMPR officers evaluate the training they received? Semi-structured interviews were conducted with officers from different graduating classes of the course, seeking to understand how the experience influenced their professional trajectory. The study intended to identify both strengths and weaknesses pointed out by the graduates in order to support reflections on the adequacy of police training to contemporary public security demands. Categories analyzed included the curriculum structure, pedagogical methodology, theory–practice integration, leadership preparation, and the impact of training on daily professional performance. The findings revealed positive aspects valued by the officers such as discipline, hierarchy, and the consolidation of ethical values as well as criticisms related to outdated content, workload, and the need for greater integration between operational practice and academic learning. The results contribute to institutional

[1] Oficial da Polícia Militar do Paraná, Pós-graduado em Ciências Jurídicas, Pós-graduado em Direito militar, Pós-graduado em Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).
[2] Oficial da Polícia Militar do Paraná, Pós-graduado em Ciências Jurídicas, Pós-graduado em Direito Penal e Processo Penal, Pós-graduado em Direito militar.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

discussions aimed at continuously improving the PMPR training process, enhancing the quality of police education and its alignment with current policing requirements.

***KEYWORDS**: Police training. PMPR officers. Public security.*

RESUMEN
El presente trabajo tiene como objetivo analizar las percepciones de los oficiales de la Policía Militar del Estado de Paraná acerca del proceso de formación que vivieron durante el Curso de Formación de Oficiales. La problemática que orientó la investigación fue: ¿cómo evalúan los oficiales de la PMPR la formación que recibieron? Para ello, se realizaron entrevistas semiestructuradas con oficiales egresados del Curso de Formación de Oficiales, con el propósito de comprender de qué manera la experiencia vivida influyó en su trayectoria profesional. La investigación tuvo como finalidad identificar los elementos positivos y las debilidades señaladas por los egresados, con el fin de aportar reflexiones sobre la adecuación de la formación policial militar a las demandas contemporáneas de la seguridad pública. Se analizaron categorías como la estructura curricular, la metodología pedagógica, la relación teoría–práctica, la preparación para el ejercicio del liderazgo y los impactos del proceso formativo en la actuación cotidiana. La investigación permitió constatar tanto aspectos valorados por los oficiales como la disciplina, la jerarquía y la consolidación de valores éticos como críticas relacionadas con la actualización de contenidos, la carga horaria y la necesidad de una mayor integración entre la práctica operacional y la enseñanza académica. Los resultados obtenidos pueden contribuir a las discusiones institucionales orientadas a la mejora continua de los procesos formativos en la PMPR, ampliando la calidad de la formación y su compatibilidad con las exigencias de la realidad policial actual.

***PALABRAS CLAVE**: Formación policial militar. Oficiales de la PMPR. Seguridad pública.*

1. INTRODUÇÃO

A formação dos oficiais da Polícia Militar constitui um processo fundamental para a consolidação da identidade profissional e para a preparação do futuro líder no âmbito da segurança pública. O Curso de Formação de Oficiais (CFO) da Polícia Militar do Paraná (PMPR), realizado pela Academia Policial Militar do Guatupê (APMG), representa a via de ingresso na carreira do oficialato e, ao longo de sua trajetória, tem sido marcada por contínuas transformações em sua estrutura pedagógica, metodológica e organizacional.

Ao analisar a experiência formativa, é imprescindível considerar não apenas as diretrizes oficiais, expressas em projetos pedagógicos e documentos normativos, mas também a percepção dos próprios egressos que vivenciaram o curso em suas múltiplas dimensões. Os oficiais, ao refletirem sobre sua formação, oferecem um olhar crítico sobre a adequação do CFO às demandas contemporâneas da atividade policial, à preparação para o exercício da liderança e à integração entre teoria e prática operacional.

O caráter heterogêneo dos discentes que ingressam no CFO, oriundos de diferentes contextos sociais, econômicos e educacionais, com idades e experiências diversas, inclusive de serviços militares prévios, impacta diretamente na vivência acadêmica e, por consequência, na avaliação posterior da formação recebida. Ao longo de três anos, parcialmente em regime de internato, com intensa carga horária e múltiplas atividades práticas e teóricas, o aluno é submetido

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

a um processo formativo que busca consolidar disciplina, hierarquia, valores éticos e competências técnico-profissionais indispensáveis à carreira.

Entretanto, para além daquilo que é prescrito nos documentos oficiais, importa compreender como os oficiais avaliam retrospectivamente esse processo. Questões como a pertinência dos conteúdos curriculares, a relação entre instrutores e alunos, a preparação para funções de comando, a adequação da metodologia de ensino, bem como a efetiva integração entre as exigências acadêmicas e as necessidades da prática policial, emergem como categorias centrais de análise.

Dessa forma, a problemática que orienta este estudo é entender como os oficiais da PMPR percebem a formação que receberam durante o Curso de Formação de Oficiais. A pesquisa parte da compreensão de que tais percepções não apenas revelam aspectos positivos e fragilidades da formação, mas também podem subsidiar a reflexão institucional sobre melhorias curriculares e pedagógicas, alinhadas às exigências de uma sociedade que demanda uma polícia cada vez mais preparada, técnica e humanizada.

O objetivo geral deste trabalho é analisar a visão dos oficiais da Polícia Militar do Paraná sobre a formação recebida no CFO. Como objetivos específicos, propõe-se identificar os aspectos considerados mais relevantes e marcantes da formação, analisar críticas e sugestões dos oficiais acerca do currículo e da metodologia, compreender de que modo a formação impactou a atuação profissional e a identidade policial-militar e apontar possibilidades de aprimoramento para o curso, a partir das percepções dos egressos.

A relevância deste estudo encontra-se na possibilidade de dar voz aos oficiais já formados, ampliando o debate sobre os processos formativos da PMPR e oferecendo subsídios para eventuais revisões curriculares. Ao mesmo tempo, pretende contribuir com a literatura acadêmica da área de segurança pública, que ainda carece de produções voltadas especificamente à análise crítica da formação de oficiais das polícias militares no Brasil.

2. MÉTODOS

O presente estudo, cujo objetivo geral consiste em analisar as percepções dos oficiais da Polícia Militar do Paraná acerca da formação recebida no Curso de Formação de Oficiais (CFO), adotou como procedimento metodológico a pesquisa do tipo *survey*. Esse método foi selecionado por possibilitar a coleta sistemática de informações sobre opiniões e características de uma amostra, permitindo a representação de um grupo maior (Babbie, 1999). Além de sua eficácia na obtenção de dados, o *survey* apresenta vantagens práticas, como baixo custo operacional e agilidade na aplicação (Gil, 2002).

A coleta de dados foi realizada por meio de questionário estruturado, elaborado com questões de múltipla escolha e questões abertas, de modo a contemplar tanto a mensuração quantitativa quanto a exploração qualitativa das percepções dos respondentes.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Essa combinação metodológica permitiu identificar padrões objetivos de respostas e, ao mesmo tempo, captar nuances individuais das experiências relatadas.

Com base nos objetivos da pesquisa, a abordagem assumiu caráter exploratório, ao buscar levantar informações sobre percepções ainda pouco investigadas; descritivo, ao registrar e sistematizar os dados coletados; e explicativo, ao buscar compreender as razões e significados atribuídos pelos oficiais à formação recebida.

No que tange à seleção dos participantes, optou-se pela amostragem não probabilística, do tipo proposital (May, 2004). Assim, foram convidados a participar oficiais egressos do CFO da turma de 2020, previamente estudados em fase anterior à entrada na instituição (Valenga, 2018) e que aceitaram voluntariamente responder à pesquisa. A amostra final foi composta por 10 dos 11 oficiais da referida turma, número considerado suficiente para garantir a representatividade e a validade analítica dos dados, dada a homogeneidade do grupo em termos de trajetória formativa.

A aplicação dos questionários ocorreu em janeiro de 2025, por meio de formulário *online* (Google Forms), garantindo aos participantes anonimato e confidencialidade de suas respostas. Foi esclarecido que as informações coletadas seriam utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos, podendo ser divulgadas em artigos ou livros sem qualquer identificação individual.

Reconhece-se que a temática investigada envolve sensibilidade, especialmente por se tratar de militares em atividade. A possibilidade de constrangimento ou receio de represálias poderia comprometer a sinceridade das respostas. Por essa razão, assegurou-se aos participantes a total proteção de identidade, de forma a estimular relatos francos e autênticos sobre sua experiência formativa.

3. A IMPORTÂNCIA DE VALORIZAR OS PROFISSIONAIS

A valorização dos profissionais em processo de formação constitui um dos pilares fundamentais para a qualidade da educação superior e da preparação para o exercício profissional. No caso da formação policial militar, compreender as experiências e percepções dos alunos e egressos torna-se ainda mais relevante, considerando que a atividade envolve responsabilidades sociais, jurídicas e humanas de grande complexidade.

Diversos autores destacam a relevância de dar voz aos discentes como sujeitos ativos no processo de ensino-aprendizagem. Giroux e Bueno (1997) afirmam que silenciar a voz dos estudantes é retirar-lhes a capacidade de atribuir sentido à própria experiência, enquanto Cereser (2003) observa que os alunos devem ser considerados como sujeitos pensantes, capazes de contribuir criticamente para a construção do conhecimento. Essa concepção rompe com modelos tecnicistas de ensino, que reduziam os estudantes a receptores passivos de conteúdo.

No campo da segurança pública, Poncioni (2005) aponta os desafios enfrentados na formação policial, especialmente em academias militares e civis, indicando que a qualidade do processo formativo impacta diretamente no perfil do profissional entregue à sociedade.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Nesse sentido, torna-se essencial compreender as percepções dos oficiais sobre o curso que frequentaram, de modo a identificar como suas experiências podem subsidiar melhorias institucionais.

Ao valorizar os oficiais egressos como fontes de reflexão, este estudo busca contribuir para a construção de práticas pedagógicas mais alinhadas às demandas contemporâneas da atividade policial, reconhecendo o profissional em formação como sujeito histórico e social, portador de experiências que influenciam diretamente sua trajetória acadêmica e profissional.

3.1. O Curso de Formação de Oficiais

O Curso de Formação de Oficiais (CFO) da Polícia Militar do Paraná é a porta de entrada para a carreira de oficialato, destinando-se à capacitação de homens e mulheres para o exercício de funções de comando, coordenação, controle e fiscalização em diversas áreas da corporação (APMG, 2015b). Reconhecido oficialmente como curso superior pelo Ministério da Educação (Parecer nº 400/82, CFE), o CFO tem duração de três anos, em regime predominantemente de internato, e carga horária de cerca de 4.500 horas-aula.

O ingresso ocorria, até 2025, por meio de concurso vestibular da Universidade Federal do Paraná (UFPR), um dos mais concorridos da instituição, seguido de etapas complementares, como avaliação psicológica, investigação social, exame de saúde e teste físico. A partir de 2025, passa a ser requisito a formação prévia em Direito.

Durante o curso, os cadetes vivenciam uma rotina que combina atividades acadêmicas, treinamentos práticos, instruções militares, convivência em alojamento e cumprimento de missões específicas. Segundo os oficiais entrevistados, a experiência do internato é considerada, por alguns, como positiva para o amadurecimento profissional, mas também foi apontada como excessivamente rígida e desnecessária em determinados aspectos.

Em termos curriculares, observa-se a predominância de disciplinas jurídicas, administrativas e de gestão, em detrimento de conteúdos diretamente operacionais. Tal configuração reflete a ênfase histórica da formação de oficiais voltada para o desenvolvimento intelectual, de comando e de gestão, mas foi alvo de críticas dos egressos, que apontaram a necessidade de maior equilíbrio entre a formação acadêmica e a prática técnica operacional policial.

Ao final do CFO, os formandos são declarados Aspirantes a Oficial e passam a exercer funções de tenente, assumindo responsabilidades que incluem o comando de pelotões, a coordenação de operações, a supervisão de equipes e a atuação em processos administrativos e de planejamento (Brasil, 2010).

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

3.2. A Rotina do Oficial da PMPR

A rotina de um oficial da Polícia Militar do Paraná varia conforme a unidade e a função exercida, mas mantém elementos comuns relacionados à liderança, disciplina e tomada de decisões táticas e estratégicas. Entre as principais atividades destacam-se:

1. Recebimento de informações e reuniões de planejamento.
2. Coordenação de equipes – distribuição de tarefas, supervisão de operações e acompanhamento de patrulhamentos.
3. Atuação em campo – presença direta em operações, manifestações ou ocorrências de maior relevância, exercendo papel de liderança e tomada de decisão.
4. Gestão administrativa – elaboração de relatórios, instrução de subordinados, controle de recursos humanos e materiais.
5. Capacitação contínua – participação em treinamentos regulares voltados à atualização técnica, jurídica e operacional.
6. Atendimento a emergências – resposta a situações críticas e imprevistas, exigindo preparo físico, emocional e estratégico.

3.3. Formação de lideranças e desafios da prática operacional

A formação de lideranças é uma das dimensões centrais do processo educativo em instituições militares, uma vez que o oficial é preparado não apenas para executar tarefas técnicas, mas para comandar, inspirar e conduzir equipes sob condições adversas. A liderança, nesse contexto, ultrapassa a mera autoridade hierárquica, exigindo competências éticas, comunicacionais e decisórias que garantam a coesão e a eficiência das ações. Conforme destaca Burns (1978), a verdadeira liderança envolve uma relação de influência mútua entre líderes e liderados, pautada na transformação de valores e na construção de metas coletivas.

No ambiente militar, essa concepção ganha contornos específicos. A liderança deve conciliar a disciplina institucional e a capacidade de decisão autônoma diante de situações de crise. Segundo Bass e Riggio (2006), o modelo de liderança transformacional baseado na motivação, no estímulo intelectual e na consideração individualizada constitui um paradigma eficaz para o contexto policial-militar contemporâneo, ao estimular a inovação e o comprometimento ético dos subordinados. Essa abordagem é defendida também por Rocha (2019), que observa que o comandante moderno precisa combinar autoridade técnica com sensibilidade humana, promovendo um ambiente de confiança e cooperação.

No caso da Polícia Militar do Paraná, o Curso de Formação de Oficiais (CFO) representa o principal espaço institucional de desenvolvimento das competências de liderança. Durante o curso, os cadetes vivenciam múltiplas situações de comando, gerenciamento e convivência coletiva, as

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

quais moldam o perfil do futuro líder policial. Contudo, como demonstram os resultados da presente pesquisa, ainda persistem lacunas na articulação entre as dimensões teórica, ética e prática da liderança. De acordo com Albernaz (2018), a formação de comandantes requer equilíbrio entre a autoridade formal e a autoridade moral, sendo indispensável que o instrutor militar atue como facilitador da aprendizagem, e não apenas como transmissor de ordens.

Entre os principais desafios relatados pelos egressos e pela literatura especializada está a distância entre o ensino teórico e a formação prática-operacional. A rotina de instruções e treinamentos tende, muitas vezes, a reproduzir modelos tradicionais, voltados ao cumprimento de protocolos e à memorização de procedimentos, o que pode limitar o desenvolvimento de competências críticas e adaptativas. Nesse sentido, Lira Neto (2020) enfatiza que a aprendizagem profissional na área da segurança pública depende da vivência de situações reais ou simuladas de tomada de decisão, nas quais o aluno possa experimentar, errar, refletir e reelaborar sua ação, o que Kolb (1984) denomina de aprendizagem experiencial.

A integração entre teoria e prática, portanto, deve ser vista como processo contínuo e reflexivo. O ensino policial-militar precisa combinar o domínio técnico-operacional com a formação humanística e ética, de modo que o oficial possa exercer sua liderança com legitimidade perante a tropa e a sociedade. Poncioni (2005) argumenta que o ensino policial no Brasil ainda é excessivamente conteudista e prescritivo, carecendo de abordagens que favoreçam a autonomia intelectual e o pensamento crítico. Já Rampinelli (2006) ressalta a importância de práticas pedagógicas dialógicas, em que o aluno seja reconhecido como sujeito ativo da aprendizagem — princípio que também se aplica à formação de oficiais, especialmente quando se pretende formar líderes reflexivos e socialmente responsáveis.

Dessa forma, consolidar uma cultura institucional voltada à liderança transformacional, associada ao fortalecimento da formação prática-operacional, é passo essencial para o aprimoramento do CFO. Essa integração contribui para a formação de oficiais mais preparados para comandar sob pressão, lidar com dilemas éticos e conduzir equipes em consonância com os valores democráticos e os direitos humanos. O desenvolvimento de lideranças críticas, empáticas e tecnicamente competentes é condição indispensável para uma Polícia Militar moderna, eficiente e legitimada socialmente.

4. ANÁLISE DE DADOS

A análise foi organizada em eixos que contemplam a caracterização dos participantes, os motivos de permanência no cargo de oficial da Polícia Militar e as percepções sobre a formação no Curso de Formação de Oficiais (CFO), incluindo atividades físicas, práticas e teóricas, relações pedagógicas, avaliações, satisfação, habilitações e hipóteses de abandono. Os dados foram obtidos por meio de questionário aplicado via Google Forms e, após tabulação, foram sistematizados nas categorias apresentadas a seguir.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

4.1. Caracterização dos participantes

4.1.1. Perfil demográfico e implicações pedagógicas

O estudo abrangeu oficiais formados no CFO/PMPR em 2020, com foco na percepção acerca do processo de formação. A faixa etária na conclusão do curso variou entre 25 e 35 anos, com média de 28. Historicamente, havia a presença de ingressantes menores de 18 anos, o que não se verificou na amostra estudada. Essa mudança alinha-se à tendência de elevação etária, influenciada, sobretudo, pela exigência recente de formação em Direito e pela eliminação do limite etário para que praças ingressem no CFO.

Em termos de gênero, 90% dos respondentes eram homens; quanto ao estado civil, 70% eram casados ou viviam em união estável. Esses dados suscitam reflexões sobre o impacto do regime de internato em perfis mais maduros e sobre as consequências do aumento etário nas práticas pedagógicas. Também apontam para possíveis desafios enfrentados por cadetes mais velhos nas atividades físicas, considerando que a tabela de TAF do CFO difere daquela utilizada na PMPR.

Apenas 20% dos oficiais permaneceram em suas cidades de origem após a conclusão do CFO, enquanto a maioria (80%) foi designada para diferentes regiões do estado. Essa mobilidade evidencia o caráter descentralizado da atuação da PMPR e a necessidade de constante adaptação por parte dos egressos.

4.1.2. Posicionamento da família quanto à escolha

De modo geral, as famílias demonstraram orgulho e apoio à escolha pela carreira militar, embora algumas ressalvas tenham sido observadas. Em muitos casos, houve resistência inicial, seguida de aceitação progressiva à medida que os familiares passaram a compreender melhor a rotina e os riscos da profissão.

Os relatos apontam sentimentos mistos: alguns familiares expressam admiração e confiança, destacando o prestígio e o propósito social da carreira, enquanto outros manifestam preocupação com os perigos da atividade policial e com a imagem pública da corporação. Em certos casos, há familiares que, embora compreendam a escolha, a consideram uma profissão árdua, de alto risco e de desgaste físico e emocional.

Essa diversidade de percepções revela que o apoio familiar é condicionado pela compreensão do papel social e institucional da Polícia Militar, o que reforça a necessidade de programas de valorização e comunicação com a sociedade.

4.1.3. Escolaridade e experiências

Todos os participantes possuíam curso superior e metade deles tinha pós-graduação após a formação. Aproximadamente 40% eram praças da PMPR antes do CFO, incluindo um oriundo do

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Corpo de Bombeiros. A percepção comum é de que a Academia Policial Militar do Guatupê (APMG) nivela as turmas no início e, a partir desse ponto, conduz as aulas de forma uniforme, aproveitando, de certa forma, as experiências prévias dos discentes como recurso pedagógico.

Diante da exigência de formação jurídica a partir de 2025, torna-se ainda mais importante que o curso incorpore a diversidade de trajetórias e níveis de instrução ao seu desenho didático, de forma a potencializar o aprendizado coletivo e o compartilhamento de experiências.

4.2. Motivos de permanência no cargo de Oficial PM

Os motivos relatados alinham-se ao tripé tradição, vocação e necessidade, conforme Valla (2013). Entre as razões mais recorrentes estão o gosto pelo militarismo, a relevância social da atividade policial militar, o apreço por funções de chefia e comando, a boa remuneração e a estabilidade da carreira.

Muitos associam a permanência ao sentimento de pertencimento e à possibilidade de crescimento até o posto de Coronel. A renda familiar média dos participantes é de R$ 19.300,00, indicando uma posição socioeconômica elevada em comparação à média nacional. Nenhum dos respondentes declarou exercer atividade remunerada paralela, o que confirma dedicação integral à carreira militar.

4.3. Percepções sobre a formação no CFO

4.3.1. Postura discente e estrutura física

Os oficiais relataram elevado comprometimento durante o CFO, destacando assiduidade, pontualidade, cumprimento de prazos e zelo pelo patrimônio. Apesar do cansaço decorrente da rotina intensa, predomina a percepção de que o curso proporciona uma formação rigorosa e disciplinada.

A infraestrutura foi considerada adequada, com instalações em boas condições e necessidade apenas de melhorias pontuais, sobretudo em áreas de instrução prática.

4.3.2. Atividades físicas

A disciplina de Educação Física é reconhecida pela exigência e por seu impacto nas reprovações. Após a formatura, observou-se que a continuidade das práticas físicas depende, em grande medida, da iniciativa individual dos oficiais, com poucos incentivos institucionais.

Alguns relataram que, embora a formação tenha sido adequada, a rotina operacional reduz o tempo destinado ao condicionamento físico. Outros destacaram que por iniciativa própria propõem, em suas unidades, atividades regulares de treinamento, buscando manter o preparo físico como parte essencial da identidade profissional militar.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

4.3.3. Atividades práticas

Cerca de 70% dos entrevistados percebem que instruções práticas acontecem intensamente durante o curso, contudo constatam escassez de nas unidades após a formação, atribuída ao foco operacional. Em contrapartida, o CFO é reconhecido como versátil por sua matriz prática abrangente, conforme o Projeto Pedagógico (APMG, 2015b).

As disciplinas operacionais incluem, entre outras, Policiamento Ostensivo, Tiro, Abordagem, Gerenciamento de Crises e Atendimento Pré-Hospitalar, compondo uma base significativa de preparação técnica para o desempenho da função de oficial.

4.3.4. Atividades teóricas

Predominam as disciplinas teóricas, especialmente as jurídicas, acompanhadas de conteúdos de Antropologia, Filosofia, Sociologia, Direitos Humanos, Metodologia de Pesquisa e Doutrina de Emprego Policial.

Essa predominância reforça a formação humanística e jurídica, embora os respondentes indiquem a necessidade de maior integração entre teoria e prática, a fim de desenvolver habilidades aplicáveis às demandas reais da atividade policial.

4.4. Visão quanto às instruções no curso

4.4.1. Relacionamento instrutor–aluno

A literatura educacional (Rampinelli, 2006; Freire, 1997) defende o aluno como sujeito ativo no processo de ensino-aprendizagem. No contexto militar, observou-se que o modelo hierarquizado ainda prevalece, embora haja avanços em direção a uma relação mais dialógica utilizando-se de metodologias ativas.

Os relatos indicam o desejo por um ambiente instrucional mais aberto, com maior liberdade para questionar e interagir, superando a rigidez tradicional. Essa perspectiva converge com as críticas de Freire (1997) à “educação bancária” e com a defesa de um ensino baseado na construção conjunta do conhecimento.

4.4.2. Qualidade das aulas

A maioria avalia positivamente a qualidade das aulas e o comprometimento dos instrutores, reconhecendo sua experiência prática. Contudo, apontam-se dificuldades pontuais de captação de docentes e rigidez curricular, o que limita a criatividade pedagógica.

Alguns relataram desatualização de conteúdos, ainda que percebam avanços recentes com as novas matrizes curriculares, refletindo um esforço institucional por renovação.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

4.4.3 Qualidade de materiais e recursos utilizados

Mais da metade dos respondentes indicou limitações de materiais didáticos e recursos práticos, atribuídas às restrições orçamentárias. Apesar disso, reconhece-se o esforço institucional em otimizar o uso dos meios disponíveis.

Alguns destacaram que, embora os recursos não se equiparem a padrões internacionais, as condições no estado do Paraná são superiores à média nacional. Há expectativa pela ampliação do uso de tecnologias, recursos multimídia e ferramentas eletrônicas de apoio às aulas.

4.4.4. Relacionamentos entre pares

A convivência no regime de internato favorece laços de companheirismo e solidariedade, mas também revela competição e rivalidade entre turmas. A maioria avalia positivamente o espírito de grupo, apesar dos desafios inerentes à convivência intensa.

O grau de satisfação com as relações interpessoais apresentou média de 2,7 em escala de 0 a 5, indicando percepções equilibradas. Os relatos ressaltam que, embora existam tensões, o convívio prolongado fortalece o senso de coletividade e o espírito de corpo.

4.5 Avaliações no curso

4.5.1. Avaliações teóricas

Um terço dos entrevistados expressou discordância quanto ao formato das avaliações teóricas, especialmente pela percepção de subjetividade e cobrança excessiva de conteúdos extensos. Outros consideram as provas justas e proporcionais ao tempo de estudo no internato.

Relatos sugerem que as avaliações variam entre instrumentos de mera memorização e outros que estimulam reflexão crítica, indicando avanço gradual em direção à avaliação formativa. Questiona-se, ainda, em que medida os instrumentos avaliativos têm servido como diagnósticos da aprendizagem efetiva ou apenas como mecanismos de controle disciplinar.

4.5.2 Avaliações práticas

As avaliações práticas foram percebidas como adequadas, mas demandam maior regularidade e critérios claros. Os participantes defendem que a avaliação contínua evita injustiças ocasionais e melhor reflete o desempenho real do discente, especialmente em atividades essenciais como tiro, abordagem e Educação Física.

Essa visão está em consonância com a perspectiva freireana de acompanhamento e suporte (Freire, 1997, p. 229), que privilegia a aprendizagem progressiva e contextualizada.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

4.6. Grau de satisfação sobre habilitações no CFO

4.6.1. Áreas de habilitações após o CFO

Há consenso de que o CFO proporciona uma base ampla de competências, embora muitos reconheçam a necessidade de aperfeiçoamento contínuo após a formação.

Os egressos consideram que a capacitação abrange desde rotinas administrativas até táticas operacionais, com destaque para gestão de pessoas, direito e tecnologia como áreas que demandam maior aprofundamento.

Alguns avaliam que a formação pedagógica é insuficiente, por haver poucas disciplinas voltadas à docência e liderança de tropa. Ainda assim, reconhecem que a prática cotidiana contribui significativamente para o amadurecimento profissional.

As disciplinas mais valorizadas incluem Educação Física, Tiro e Abordagem, Legislação Especial, Táticas de Confrontos Armados, Gestão de Pessoas e Direito Penal. Em contrapartida, algumas foram vistas como excessivas ou repetitivas, comprometendo o equilíbrio da carga horária.

Apesar disso, predomina a percepção de que todas as disciplinas possuem relevância para a formação integral do oficial. A satisfação geral com o CFO foi de 2,9 em escala de 1 a 5.

4.7. Possibilidade de abandono do curso

O CFO, com aproximadamente 4.500 horas-aula e regime de internato, impõe intensa carga física e emocional aos cadetes, o que explica a ocorrência de desistências ao longo dos anos.

As motivações relatadas variam entre dificuldades de adaptação à disciplina militar, pressões psicológicas, cansaço e problemas de saúde. Alguns mencionaram que o distanciamento familiar e as exigências da rotina muitas vezes estendendo-se das 6h às 23h geraram momentos de exaustão e dúvidas sobre a continuidade.

Ainda assim, a maior parte dos egressos afirmou que, apesar das adversidades, nunca cogitou abandonar o curso, reconhecendo o valor da formação e as vantagens da carreira, como estabilidade, reconhecimento e perspectiva de ascensão.

Entre aqueles que chegaram a refletir sobre a desistência, destacaram-se fatores como provas consideradas mal elaboradas, atividades extracurriculares vistas como desnecessárias e dificuldades nos relacionamentos pessoais.

Foram relatadas também experiências de convivência com superiores percebidos como pouco empáticos, o que, em alguns casos, gerou desconforto inicial, mas posteriormente foi entendido como parte do processo formativo e hierárquico.

De forma geral, a satisfação com a carreira, após a formatura, foi considerada elevada, com média de 3,7 em escala de 0 a 5, indicando predomínio de percepções positivas quanto à atuação profissional.

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21
Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

5. CONCEPÇÕES SOBRE AS ATIVIDADES DESEMPENHADAS POR OFICIAIS POLICIAIS MILITARES

Os oficiais demonstraram compreensão consistente das atribuições inerentes ao cargo, que abrangem atividades de comando, coordenação, planejamento e gestão administrativa e operacional. Observou-se, contudo, diversidade de percepções quanto à ênfase dada a determinadas funções. Alguns relataram que o oficial tende a concentrar-se em tarefas de coordenação e supervisão, mantendo-se na retaguarda para assegurar a tomada de decisões estratégicas e o cumprimento das normas. Outros destacaram que o exercício da função envolve também forte atuação prática, com participação direta em operações e instruções, além da responsabilidade pelo desempenho de equipes e pela segurança pública em suas áreas de atuação.

Entre as concepções mais recorrentes, destaca-se a visão de que o oficial deve equilibrar as dimensões técnica e humana da liderança, atuando como exemplo ético e profissional para as praças sob seu comando. Vários participantes enfatizaram a necessidade de uma Polícia Militar mais humanizada, capaz de integrar disciplina e empatia, conduzindo suas ações com base em princípios de respeito, legalidade e proporcionalidade. A transformação institucional, segundo as análises, deve partir dos oficiais, que ocupam posições estratégicas de comando e influência.

A carreira foi descrita como exigente, mas repleta de oportunidades de aprendizado e crescimento. Muitos oficiais reconhecem que a complexidade das funções demanda constante atualização, estudo e aperfeiçoamento técnico e humano. Há consenso de que o papel do oficial transcende a execução de ordens, envolvendo também a capacidade de inspirar, formar e orientar subordinados para uma atuação eficiente e ética. A visão de futuro expressa pelos egressos indica o desejo de contribuir para uma Polícia Militar cada vez mais moderna, integrada e comprometida com os valores democráticos e com o serviço à sociedade.

6. CONSIDERAÇÕES

O presente estudo analisou as percepções de oficiais da Polícia Militar do Paraná acerca do processo formativo vivenciado no Curso de Formação de Oficiais da PMPR. O artigo evidenciou que a experiência acadêmica e militar no CFO constitui etapa fundamental para a consolidação da identidade profissional e para a preparação dos futuros líderes da corporação, mas que também apresenta desafios e limitações que merecem atenção institucional.

A caracterização dos participantes demonstrou que o perfil dos oficiais tem se modificado ao longo dos anos, com ingresso de alunos mais velhos, experientes, com formação superior em Direito e, em alguns casos, com experiências prévias como praças. Esse dado revela a necessidade de adaptação das práticas pedagógicas à heterogeneidade discente e evoluções da instituição e da sociedade.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Quanto aos motivos de permanência na carreira, prevaleceram elementos tradicionais como vocação, *status* e continuidade familiar, mas, também, aspectos pragmáticos como estabilidade financeira e perspectivas de ascensão. Tais fatores demonstram que a carreira de oficialato ainda mantém atratividade social, embora dependa de constantes esforços de valorização e atualização.

No que concerne ao processo formativo, constataram-se avaliações positivas quanto à ênfase em disciplina, hierarquia e valores éticos. Todavia, emergiram críticas relevantes relacionadas à fragmentação curricular, à ausência de padronização, ao excesso de carga horária em disciplinas de baixa aplicabilidade prática e à insuficiente articulação entre teoria e prática. A percepção dos oficiais é de que o CFO oferece uma boa base geral, mas requer complementação por meio de estudos externos e pela própria vivência em serviço por empirismo.

As relações instrutor–aluno foram descritas como em transição: embora ainda marcadas por traços de ensino tradicional e rígido, têm se aproximado de modelos mais dialógicos e humanizados. Os oficiais destacaram a dedicação dos docentes, mas apontaram a necessidade de atualização didática e de maior estímulo à criatividade no ensino. Quanto aos recursos materiais, reconhece-se a limitação imposta por restrições orçamentárias, mas persiste a expectativa por investimentos em infraestrutura e tecnologia.

De modo geral, o grau de satisfação com a formação foi avaliado como moderado (média 2,9 em escala de 1 a 5), contrastando com uma satisfação mais elevada com a atual condição de trabalho (3,7). Esse resultado sugere que a prática profissional contribui para consolidar competências não plenamente desenvolvidas na formação inicial, mas também reforça a importância de ajustes curriculares e metodológicos.

Portanto, conclui-se que o CFO cumpre o papel essencial de iniciar e moldar a trajetória do oficial, mas que necessita de constante revisão para atender às demandas de uma sociedade em transformação. Recomenda-se, entre outros pontos, a ampliação de cenários práticos realistas, o fortalecimento de conteúdos de gestão, a modernização de materiais didáticos e a valorização das experiências prévias dos discentes.

Ao dar voz aos oficiais egressos, este trabalho pretendeu não apenas registrar suas percepções, mas também oferecer subsídios para o aperfeiçoamento do ensino policial-militar no Paraná. Nesse sentido, reforça-se a importância de pesquisas contínuas sobre o tema, de modo a alimentar o debate acadêmico e institucional em torno da formação de profissionais que desempenham papel estratégico na segurança pública e na sociedade paranaense e brasileira.

REFERÊNCIAS

ALBERNAZ, M. C. **Liderança e formação de comandantes nas forças armadas brasileiras**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

APMG - ACADEMIA POLICIAL MILITAR DO GUATUPÊ. **Projeto Pedagógico do Curso de Formação de Oficiais**. Curitiba: APMG, 2015b.

BABBIE, E. **Métodos de pesquisa de survey**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

BASS, B. M.; RIGGIO, R. E. **Transformational leadership**. 2. ed. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, 2006.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)**. Brasília: MTE, 2010.

BURNS, J. M. **Leadership**. New York: Harper & Row, 1978.

CERESER, C. **Formação docente e práticas pedagógicas**: reflexões críticas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

DIAS, J. C. Perfil do profissional de segurança pública no Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 195–210, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, P.; SHOR, I. **Medo e ousadia**: o cotidiano do professor. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIROUX, H. A.; BUENO, M. A voz do estudante e a pedagogia crítica. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 18, n. 61, p. 199–216, 1997.

KARPINSKI, F. **Ensino policial militar e tradição**: limites e desafios. Curitiba: CRV, 2013.

KOLB, D. A. **Experiential learning**: experience as the source of learning and development. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1984.

LIRA NETO, J. **A prática como espaço de formação na polícia**: desafios da aprendizagem profissional. Brasília: ENAP, 2020.

MAY, T. **Pesquisa social**: questões, métodos e processos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PONCIONI, P. A formação policial no Brasil: desafios e perspectivas. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 13, n. 52, p. 223–246, 2005.

RAMPINELLI, W. **Educação, currículo e a voz dos estudantes**. Florianópolis: Insular, 2006.

ROCHA, R. S. **Liderança transformacional na gestão policial militar**: uma proposta para o século XXI. Curitiba: Juruá, 2019.

SOARES, D. H. P. **Escolha profissional**: do jovem ao adulto. Porto Alegre: Artmed, 2002.

VALENGA, S. W. **Caracterização e expectativas dos calouros do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Estado do Paraná**. 2018. Monografia (Curso de Formação de

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Oficiais) – Academia Policial Militar do Guatupê, Polícia Militar do Paraná, São José dos Pinhais, 2018.

VALLA, V. V. **Tradição, vocação e necessidade na escolha profissional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2013.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.